

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Mambô Class.: Militares 519

Data: 13/07/89 Pg.: _____

MILITARIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

Calha Norte: Um pesadelo para os povos indígenas do Rio Negro

Durante as duas décadas da ditadura, os militares serviram como ponta de lança para os interesses do grande capital, abrindo as picadas para o que se convencionou chamar, por pleonasma, de capitalismo selvagem.

Acabou a ditadura mas eles não se deram por vencidos. Trataram de garantir seus espaços, com programas como o Calha Norte, prova cabal de que não abrem mão de ser um Estado dentro de outro, sempre a serviço de interesses antinacionais e antipopulares. Sem ironia, pode-se afirmar que a região amazônica é hoje dirigida pelo general-de-divisão Rubens Bayma Dennys, o todo-poderoso secretário-geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, a Saden, que controla o Calha Norte, Proffao e o Programa "Nossa" Natureza.

Os militares fracassaram — claro que do ponto de vista dos interesses nacionais e populares — em suas administrações a partir de 1964. E tudo leva a crer que fracassarão na gestão dos espaços que agora tentam preservar. É o que se depreende do relato abaixo, sobre o Calha Norte, feito pelo coordenador do regional norte do Cimi, Guenter Francisco Loebens, que acaba de fazer uma viagem pela região do rio Negro, no Amazonas.

O Projeto Calha Norte está se tornando um verdadeiro pesadelo para os povos indígenas do rio Negro, Amazonas. Os índios aguardam até hoje um rosário de promessas não cumpridas, feitas para que cedessem mais da metade de suas terras e aceitassem um contingente cada vez maior de militares em seus territórios.

Os militares chegaram, quartéis, campos de pouso e outras instalações foram construídas e/ou ampliadas. As terras indígenas estão sendo roubadas, enquanto os tão propalados "benefícios" do Calha Norte para os povos da região não saíram do papel.

Esta realidade mostra duas facetas do projeto: seu caráter eminentemente militar e beneficiário da ação de grandes grupos

econômicos, principalmente empresas mineadoras. A consequência é a redução drástica das terras indígenas.

Ações assistenciais são um grande fracasso

As ações coordenadas para a assistência das populações da região são um grande fracasso.

Luis Lana, do Conselho Consultivo da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (UCIRT), que abrange o distrito de Pari-Cachoeira, informa que o barco sanitário que deveria atender mensalmente as comunidades indígenas ribeirinhas do rio Tiquié, na sua viagem de agosto do ano passado, chegou a Pari-Cachoeira sem que a equipe do mesmo estivesse recebendo seus vencimentos. A UCIRT então desembolsou 90 gramas de ouro para o médico e sua equipe. Depois dessa viagem, o barco sanitário só voltou ao rio Tiquié no mês de abril deste ano, e mesmo assim só foi até a metade da viagem, voltando pela absoluta falta de medicamentos imprescindíveis. Desde o dia 7 de maio, encontra-se encostado no porto de São Gabriel da Cachoeira. O rio Tiquié é o único que recebe o atendimento do barco, ainda assim de forma extremamente precária.

Ainda de acordo com Luis Lana, os responsáveis pelo Calha Norte na região prometeram implantar projetos de desenvolvimento (gado, peixe) para as comunidades indígenas do distrito de Pari-Cachoeira que aceitassem a demarcação de Colônias Indígenas. "Ai o povo aceitou, achou que ia ficar tudo bonito, mas já passaram três anos e nada".

"Fomos enganados pelo Calha Norte", protesta Eginó Pimentel Tenório, capitão da comunidade indígena de São Pedro, também do rio Tiquié.

Colônia indígena, a promessa do progresso

As portarias interministeriais assinadas pelos ministros do Interior, da Agricultura e pelo secretário-geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden) no dia 7 de maio de 1989, que define a



Controlando os projetos Calha Norte, Proffao e Nossa Natureza, o general Bayma Dennys é hoje o virtual presidente da Amazônia. A militarização da região é nociva para os povos indígenas, cuja juventude está sendo maciçamente atraída para servir o Exército. Quando voltam às suas aldeias, os recrutas custam a voltar à realidade, como foi o caso de um jovem "maku" que vestiu sua farda para comandar sua comunidade no trabalho. Ele só se deu conta do absurdo do que fazia, quando recebeu um golpe de terçado na cabeça que quase lhe custou a vida.

demarcação da maioria das terras indígenas do rio Negro como Florestas Nacionais e Colônias Indígenas, estão gerando protestos em todas as comunidades indígenas da região. As lideranças do Triângulo Tucano, que rejeitaram a demarcação de Colônias Indígenas, em assembleia no ano passado, em Taracua, pedrante as autoridades do Calha Norte e da Funai, estão inconformadas com a prepotência e o autoritarismo do Governo, que não respeita a sua decisão e teima em não honrar a Constituição.

A política indigenista oficial, que dança de acordo com a música da Saden, insiste na

velha tática de dividir para dominar. Chefes de postos índios são nomeados pela Funai para se contrapor às organizações indígenas e lideranças são cooptadas para se pronunciar contra as decisões das assembleias.

Orlandino Matos, que foi convencido a aceitar a demarcação das Colônias, depois de ter sido levado a Manaus e Brasília — e por isso foi deposto do cargo de presidente da organização indígena de Taracua pelo povo reunido em assembleia —, assim tenta se justificar perante a comunidade. "Assinel vários projetos, só que o Governo agora diz que não tem verba com essa história das greves que estão acontecendo". Os projetos que Orlandino assinou incluíam a cessão de dois barcos, um de 60 hp e outro de 15 hp; 10 máquinas de costura; um trator; um galpão de 30 m x 10 m e uma antena parabólica.

Em Taracua, índios perdem 70% das terras

Pela portaria interministerial, os povos indígenas de Taracua perdem 70% de suas terras, que ficam incluídas em duas Florestas Nacionais. Os 30% restantes devem ser demarcados como Colônias.

Segundo a identificação feita pelo Grupo de Trabalho Interministerial da Funai, instituído pela Portaria nº 14.999/E de 5 de maio de 1982, a terra indígena de Taracua deveria ser de 1.666.000 ha. Entretanto, segundo a portaria interministerial de 7 de março de 1989, ficam para a posse permanente dos índios apenas 480.000 ha, incluídos na Colônia Indígena de Taracua.

No distrito de Iauareté, o quadro também não se altera muito. Pela Portaria nº 547/N de 25 de janeiro de 1979, o presidente da Funai declarou de ocupação indígena 990.000 ha. A atual proposta de demarcação do Governo reconhece apenas 385.500 ha distribuídos em duas Colônias Indígenas. Conseqüentemente, a redução das terras indígenas de Iauareté é de 60,7%.

Recrutas ganham mais que professores

O quartel do 5º Batalhão Especial do

Fronteira em Iauareté, ampliado pelo Calha Norte, funciona como uma escola desestabilizadora da cultura dos povos indígenas da região. Os numerosos jovens índios são atraídos para o serviço militar pelo generoso soldo de NCz\$ 140,00 (se comparado com o míngua salário de NCz\$ 58,00 que recebem os professores rurais para lecionar o dia inteiro). E são levados a acreditar que devem deixar suas tradições culturais para serem bons brasileiros e aspirarem uma condição superior.

Parapanema, o avanço do capital

A Empresa de Mineração Parapanema que, pelo Alvará nº 5.696, de 26 de agosto de 1985, do DNP, conseguiu autorização para realizar pesquisa mineral na Área Indígena de Pari-Cachoeira, e que foi beneficiada com a demarcação daquela área em Colônias e Florestas Nacionais, está tentando continuar seus avanços sobre as terras indígenas.

Segundo Luis Lana, da UCIRT, a Parapanema teria pretensões de explorar a Colônia Indígena de Pari-Cachoeira III, que se localiza numa região rica em minérios.

A Parapanema, que foi largamente beneficiada em 1981 pelo presidente João Figueiredo, quando alterou os limites da Reserva Waimiri-Atroari para que a empresa se apropriasse da mina do Pitanga, coincidentemente é também beneficiada no rio Negro com a alteração da sistemática de demarcação das terras indígenas. Pode, por isso, se instalar comodamente sobre as terras indígenas de Pari-Cachoeira, mais precisamente na Serra do Traira, demarcadas como Floresta Nacional e, conseqüentemente, não declarada de posse permanente dos índios.

Este é um exemplo do avanço sistemático do capital que, com a aliança de setores do Governo ligados à Segurança Nacional, é pródigo na busca de artifícios para driblar a lei e se apossar das terras indígenas.

E nesse contexto que o projeto Calha Norte, sob o lema de segurança e desenvolvimento, joga o seu papel.